

A EVIDENCIAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS NA EMPRESA SAMARCO ATRAVÉS DO MODELO ISAR/UNCTAD: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA LEGITIMIDADE.

Gabriel dos Santos Marques

Centro Universitário Tiradentes – UNIT

E-mail: gabriel_smarques@hotmail.com

Douglas Almeida Lima

Prof. do Departamento de Ciências Contábeis

Centro Universitário Tiradentes - UNIT

E-mail: douglas.almeida@email.com

RESUMO

Esse estudo visou identificar se a empresa Samarco faz a evidenciação de passivos ambientais pelo método proposto ISAR/UNCTAD. Para tanto foi selecionada a empresa Samarco, mineradora que causou imenso impacto ambiental no final do ano de 2015. O estudo se propõe a apresentar a evidenciação dos passivos ambientais utilizando como embasamento teórico a teoria da legitimidade. Os resultados indicam que a empresa tem focado seus resultados tudo em forma resumida através de um dossiê dinâmico evidenciando o ano de 2015, mas aprofundamento do estudo visou que a empresa não segue todas as exigências propostas pelo padrão internacional ISAR/UNCTAD.

Palavras-chaves: Passivo Ambiental. Contabilidade Ambiental. Teoria da Legitimidade.

ABSTRACT

This study is aimed to identify if the Samarco Company makes disclosure of the environmental liabilities by the proposed ISAR / UNCTAD method. For that, the Samarco Company was selected, this mining company which caused immense environmental impact at the end of 2015. This study aims to present the disclosure of environmental liabilities using as basis the theory of legitimacy. The results indicate that the Company has focused its results through the summary of a dynamic file showing the year 2015 after the accident in Mariana, this dossier is reporting as all the money is being invested and the duration of the environmental damage caused after the accident, but study aimed to deepen the company does not follow all the requirements proposed by international standard ISAR / UNCTAD.

Keywords: Environmental Liabilities. Environmental Accounting. Theory of Legitimacy.

1. INTRODUÇÃO

A Samarco é uma empresa brasileira do ramo de mineração, que foi fundada nos anos 70. Atualmente é controlada em partes iguais por dois acionistas: BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A (SAMARCO, 2016).

No final de 2015, a empresa SAMARCO foi marcada por um acidente de repercussão nacional devido ao impacto socioambiental nas áreas de sua atividade de mineração. A tragédia aconteceu no município de Mariana em Minas Gerais, após o rompimento de uma barragem (Fundão) da mineradora, que é controlada pela Vale e pela BHP Billiton (SANTOS, 2015).

Os principais impactos ambientais do acidente em Mariana decorreram da liberação de cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, que eram formados, principalmente, por óxido de ferro, água e lama. Apesar de não possuir, segundo a Samarco, nenhum produto que causa intoxicação no homem, esses rejeitos podem devastar grandes ecossistemas (SANTOS, 2015).

Em uma empresa como a SAMARCO, que se envolve em uma atividade de exploração do meio ambiente, existe uma divisão entre o balanço patrimonial e balanço ambiental. Fatalidades como essa sobrecarregam os passivos ambientais das empresas, os passivos ambientais representam as obrigações e a responsabilidade das empresas com aspectos ambientais.

Passivo Ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinadas única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental (KRAEMER, 2016).

Os passivos ambientais ficaram amplamente conhecidos pela conotação mais negativa, ou seja, as empresas que o possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, pagaram vultosas quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas, embora possam também ser originários de atitudes ambientalmente responsáveis e provoquem a execução de medidas preventivas para evitar impactos ao meio ambiente. Desta forma, os passivos ambientais são as obrigações originárias dos efeitos econômico-financeiros trazidos por essas medidas de prevenção ou reparação de danos (RIBEIRO *et al.* 2000).

A contabilidade ambiental desponta como uma estratégia na classificação dos bens, direitos e obrigações ambientais com o propósito de gerar vantagens às empresas e contribuir com a preservação do meio ambiente.

Este estudo analisará, através do modelo ISAR/UNCTAD, a evidenciação de passivos ambientais na empresa SAMARCO, causadora do dano ambiental da cidade de Mariana. Para tanto, o embasamento teórico utilizado será o da teoria da legitimidade, ou originalmente, *Legitimacy Theory*.

A contabilidade ambiental e a preservação do meio ambiente de acordo com Maior (2003, p. 9) “são elementos que podem tornar uma empresa mais competitiva no mercado e amplia sua responsabilidade em relação aos recursos naturais”. A contabilização dos bens, direitos e obrigações ambientais além de expressar o patrimônio ambiental de uma empresa, favorecem a sua imagem social e reafirma seu compromisso em desenvolver ações voltadas para as questões ambientais.

A Teoria da Legitimidade, de acordo com Dias Filho (2007), baseia-se na ideia de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar.

A evidenciação pode ser entendida como a transmissão clara, fidedigna e com qualidade das informações que expressem a situação econômico-financeira da empresa, de forma compreensível para o interessado, contudo a evidenciação é a prova que princípio da legitimidade está sendo cumprido de forma certa.

Nesta perspectiva, este trabalho tem como problema de pesquisa: Os Relatórios Financeiros e da Administração da empresa Samarco trazem a evidenciação de passivos ambientais de acordo com o modelo ISAR/UNCTAD?

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar aspectos da evidenciação de passivos ambientais na empresa SAMARCO, segundo os critérios estabelecidos pelo ISAR/UNCTAD, relacionando com a teoria da legitimidade. E como objetivos específicos conceituar a contabilidade ambiental e classificações, identificar na informação contábil o processo de contabilização das obrigações ambientais da empresa, analisar os reflexos da gestão ambiental nos relatórios da empresa e como eles são aplicados segundo a evidenciação de informações e iniciativas ambientais no relatório do ano de 2015 da empresa SAMARCO.

1.1 JUSTIFICATIVA

A preservação do meio ambiente desempenha papel importante no cenário das organizações e os resultados podem ser observados por meio dos projetos ambientais desenvolvidos pela política de gestão ambiental da empresa e apresentados no balanço social. A responsabilidade social é uma das ferramentas que a empresa utiliza para conduzir seus negócios, promover a integração da organização com o ambiente no qual está inserida e prestar contas à sociedade sobre suas ações em relação ao meio ambiente (MELO e BRENNAND, 2004).

Ao longo dos anos muitos estudos foram desenvolvidos sob a ótica ambiental em diversos ramos das Ciências Sociais (ver, por exemplo: ZAHAIKEVITCH *et al.* 2002), o que exige o aperfeiçoamento das informações contábeis em se tratando de bens, direitos e obrigações ambientais no fornecimento de dados que auxiliem a gestão e conservação do meio ambiente e a responsabilidade social da empresa. Esses fatores justificam o desenvolvimento desta pesquisa devido a sua importância e relevância social, acadêmica e profissional.

Além disso, ao apresentar um panorama atual da vertente Contabilidade Ambiental a pesquisa reforça a necessidade de aperfeiçoamento das normas brasileiras de divulgação de informações ambientais.

A importância do tema abordado é percebida se observar a dinâmica da sociedade atual na busca de soluções sustentáveis para os desequilíbrios ambientais com discussões que supõem a reavaliação dos modelos de desenvolvimento econômico e dos processos produtivos que causam danos ao meio ambiente.

A principal justificativa pela escolha do tema abordado é que o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco que aconteceu em novembro de 2015, foi o maior acidente ambiental nos últimos 100 anos (OLIVEIRA, 2016).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o embasamento teórico que levou a pontuar as discussões que fizeram a escolha do tema abordado. A cobrança por parte de uma sociedade em geral, por um posicionamento responsável de atividades que geram riscos ambientais, devido à degradação do meio ambiente e riscos que são oferecidos a ele, é uma vertente vem atingindo o mundo a e mudando a forma de se preocupar com o meio ambiente.

2.1 Teoria da Legitimidade

Suchman (1995, p. 574) considera que "a legitimidade é uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequada, ou apropriado dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições".

A teoria da legitimidade, segundo Dias Filho (2007, p. 6), "baseia-se na idéia de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar". Dessa forma a entidade vai constatar o cumprimento deste contrato através da evidenciãode suas ações ambientais por meio dos Relatórios de Administração e Demonstrativos Contábeis.

A importância do meio social corporativo, está muito evidente nos dias de hoje segundo todas as leis ambientais, as partes interessadas do meio ambiente estão pedindo informações para confrontar o que está sendo feito e as compensações que estão sendo realizadas. Sobre a divulgação das informações ambientais do relatório anual das empresas que lidam com o meio ambiente, indica que a teoria da legitimidade é uma das mais prováveis explicações para o aumento ambiental divulgação desde o início de 1980.

Lindblom (1994 *apud* Silva e Sancovschi, 2006) argumenta que a busca dos administradores por legitimar suas ações gera um impacto significativo na forma e no conteúdo da evidencição social corporativa.

A teoria da legitimidade tem a principal função de explicar o funcionamento e o comportamento das organizações e a evolução da divulgação sócia ambiental das empresas que vem a cumprir o que está escrito no contrato social.

2.2 Contabilidade Ambiental

A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa (MARION 2009, p.28).

A contabilidade na qualidade de ciência social aplicada, com metodologia especificamente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, quer seja pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia, etc., tem um campo de atuação muito grande (MARTINS *et al.* 2008 p.21).

Para Marion e Iudícibus (2000, p. 53): "O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica,

financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade."

A contabilidade possui vários ramos de estudo, que são segregados e classificados de acordo com sua área de estudo, uma delas é a contabilidade ambiental quem vem sendo estudada desde 1970, quando as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas do meio ambiente.

Questões ambientais têm sido muito discutidas nos veículos de comunicação e na sociedade em geral, sendo assim, as empresas estão a preocupar-se com sua imagem perante a sociedade e à legitimação das suas ações através da redução ou reparação dos danos e impactos provocados pelo desenvolvimento de suas atividades (COUTO, 2013).

A Contabilidade Ambiental não se trata de uma nova ciência, nada mais é que informações com objetivo de medir os resultados das empresas em relação ao meio ambiente. Defender o meio ambiente não é mais um assunto para ecologistas, mas passou a ser de interesse da sociedade empresarial, por isso as empresas que lidam com o meio ambiente estão procurando mudar sua teoria sobre satisfação do consumidor e procurando melhorar a vida da sociedade (NAUJACK *et al.* 2011).

2.3 Passivos Ambientais

Passivo ambiental é todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, representando assim, obrigação social perante o meio ambiente. Uma empresa que possui passivo ambiental é porque suas atividades operacionais danificam o meio ambiente, contudo elas devem possuir um plano de ação para que esse passivo ambiental seja reparado (KRAEMER, 2008).

Os passivos ambientais normalmente são eventualidades geradas a longo período, sendo despercebido às vezes pela diretoria da própria empresa, envolvendo conhecimento específico. Neste caso, não só a administração da empresa se envolve, nem a contabilidade, mas também advogados, juristas, engenheiros, etc.

Segundo Ribeiro (2000), passivo ambiental representa o sacrifício de benefícios econômicos que serão realizados para a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente, de forma a permitir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o meio ecológico ou em decorrência de conduta inadequada em relação às questões ambientais.

Normalmente, o surgimento dos passivos ambientais dá-se pelo uso de uma área, lago, rio, mar e uma série de espaços que compõem nosso meio ambiente, inclusive o ar que respiramos, e de alguma forma estão sendo prejudicados, ou ainda pelo processo de geração de resíduos ou lixo industriais, de difícil eliminação (KRAEMER, 2008).

As empresas que possuem passivos ambientais são geralmente associadas a uma conotação negativa, pois trabalham direta ou indiretamente com o meio ambiente. A forma de mensuração e divulgação dos passivos ambientais está ligada à manutenção do contrato que a empresa possui com a sociedade, e a forma de como será provada a sua execução está na forma de sua evidenciação em um balanço ambiental. O Balanço Ambiental é a parte do seu balanço financeiro onde estão compreendidas todas as ações positivas em relação ao meio ambiente.

2.4 Evidenciação (*disclosure*)

A evidenciação, (*disclosure*), já foi tema de discussão em outros trabalhos desenvolvidos por diversos autores(ver, por exemplo: PORTELLA *et al*, 2015; COLLET *et al*, 2009).

Assim como não existem critérios considerados homogêneos quanto às Normas Internacionais de Contabilidade, como padrão mundial de contabilização, também em relação aos requisitos das revelações das informações contábeis, não há padronização para que seja acessível ao mundo.

Por evidenciação, (*disclosure*), e revelação, entendemos como sendo qualquer informação divulgada pela companhia, que ajudem aos analistas terem dados financeiros com relevância e conhecer mais profundamente a situação econômica, financeira, e até mesmo social da empresa.

Estas evidenciações devem fazer parte dos relatórios anuais, trazendo revelações que incompreensivelmente seriam percebidas, se somente analisados os principais estados financeiros, como: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício, e o fluxo de caixa, ainda que este último ainda não seja obrigatório em todo o mundo.

Por se tratar de evidenciação ambiental através do modelo ISAR/UNCTAD, irá tratar de evidenciação ambiental também em normas internacionais da contabilidade que são emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

O IASB é o organismo de referência na produção de normas internacionais de contabilidade - as "*International Accounting Standards*" (IAS) e as "*International Financial Reporting Standards*" (IFRS).

Fundado em 1973, por nove países - Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido e Irlanda - e com sede em Londres, tem atualmente mais de 140 membros (em mais de 100 países) e catorze membros com poder de decisão sobre as normas contabilísticas (PENA 2010).

A sua filosofia de trabalho têm por base normas "*principles based*" - normas baseadas em princípios e não em regras -, "*disclosure oriented*" - ênfase na informação em anexo para simplificar os mapas principais - e "*capital market oriented*" - normas orientadas para o mercado de capitais ("desenhadas" para empresas cotadas e de grande dimensão) (PENA, 2010).

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa, que visa a responder questões problema de “como” ou “por que”. A principal contribuição será a aplicação e verificação da base teórica da legitimidade na evidenciação de passivos ambientais da empresa SAMARCO.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abordagens especificam de coletas e análise de dados com uma quantidade de indivíduos limitada (YIN, 2016).

Buscando como base da pesquisa as demonstrações contábeis e o balanço ambiental da empresa SAMARCO e como é utilizado o princípio da legitimidade e a evidenciação dos seus passivos ambientais.

Para a realização deste estudo, será analisado o Dossiê Resumido da Empresa Samarco do Ano de 2015, através do modelo ISAR/UNCTAD.

No relatório da presidência, o modelo do ISAR/UNCTAD requer a evidenciação do dever da empresa com a melhoria ambiental contínua e das melhorias significativas desde o último relatório. A política ambiental, caso não fornecida em outro relatório, deve ser divulgada no relatório da administração. A contabilidade ambiental está se tornando cada vez mais relevante para as empresas (FERREIRA, 2009).

Segundo Lindstaed (2007), o modelo de evidenciação ambiental proposto pelo ISAR/UNCTAD demonstrado no quadro 1, esmiúça amplamente suas referências de evidenciações abrangem as demonstrações contábeis, as notas explicativas, os relatórios ambientais além de evidenciações específicas nos relatórios da presidência administração financeira/operacional.

Para o ISAR/UNCTAD, as organizações, de grande, médio e pequeno porte, devem evidenciar em seus relatórios financeiros anuais as informações relativas às atividades econômicas que afetam o meio ambiente. Desta forma, o ISAR dedicou grande

atenção à contabilidade ambiental, no sentido de determinar diretrizes metodológicas mais apropriadas ao *disclosure* ambiental (ISAR/UNCTAD, 1998).

Desde 1892 existe o **ISAR** – (*Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*), grupo de especialistas criado para harmonizar as práticas contábeis em nível corporativo, que estuda um padrão de informações ambientais mínimas que deve conter nos relatórios anuais (COUTO, 2013).

O modelo de evidenciação ambiental proposto pelo ISAR/UNCTAD, demonstrado no Quadro 1, possui detalhamento amplo e suas recomendações de evidenciação abrangem as demonstrações contábeis e as notas explicativas o relatório ambiental além de evidenciações específicas nos relatórios da presidência.

A análise da evidenciação de passivos ambientais nos relatórios da empresa Samarco será feita com base no modelo de evidenciação proposto pelo ISAR/UNCTAD. Os elementos analisados estão dispostos no quadro 1.

Quadro 1: Estrutura de relatório sobre as questões do meio ambiente para relatório anual.

Elemento do Relatório Anual	Evidenciação (<i>disclosure</i>) Recomendada	Ref.
A. Relatório do Presidente	Compromisso da empresa na contínua melhoria do ambiente	A.1
	Melhorias significativas desde o último relatório	A.2
B. Relatório Segmento por dos Negócios	Dados segmentados do desempenho das questões do meio ambiente	B.1
	Melhorias nas áreas-chaves desde o relatório anterior	B.2
C. Relatório Ambiental	Declaração da política ambiental	C.1
	Grau mundial de conformidade	C.2
	Questões-chave com quais a empresa defronta	C.3
	Responsabilidades Organizacionais	C.4
	Dados segmentados de desempenho baseados na utilização de energia dos materiais, emissões e rotas para disposição de resíduos	C.5
	Dados específicos do setor incluindo índices acordados pela indústria (eficiência ecológica)	C.6
	Dados financeiros sobre custos do meio ambiente	C.7
	Estimativa financeira de economia e benefícios posteriores aos esforços pró ambiente	C.8
	Referência cruzadas com relatórios ambientais	C.9
D. Relatório Financeiro e Operacional	Questões-chave do meio ambiente que a empresa defronta a curto e médio prazo	D.1
	Planos para as respectivas abordagens	D.2
	Andamento das abordagens das mudanças exigidas por requisitos legais	D.3
	Níveis atuais e projetados dos dispêndios com as questões ambientais	D.4
	Assuntos legais pendentes	D.5
E. Relatório Diretoria	Declaração política	E.1
F. Divulgação (Disclosure) de Políticas Contábeis	Estimativa de provisões e contingências	F.1
	Política de capitalização	F.2
	Política de recuperação de ativos	F.3

	Política de contabilização e recuperação de terrenos	F.4
	Política de depreciação	F.5
	Demonstração de Resultados	F.6
G. Demonstração de Resultados	Despesas excepcionais ligadas ao meio ambiente	G.1
	Outros custos e benefícios ligados ao meio ambiente	G.2
H. Balanço Patrimonial	Provisões ligadas ao meio ambiente	H.1
	Provisionar para descontaminação	H.2
	Custos ligados ao meio ambiente	H.3
	Recuperação esperada	H.4
I. Notas Explicativas	Responsabilidades contingentes ligadas ao meio ambiente e às respectivas explicações	I.1

Fonte: ISAR/UNCTAD (*apud* FERREIRA *et al.*, 2009, p. 178).

O item A do modelo ISAR/UNCTAD (2009) verifica nos relatórios da Administração e divulgação de informações do compromisso da empresa na contínua melhoria do ambiente e em melhorias significativas produzidas desde a divulgação do último relatório.

O item B verifica os relatórios para os investidores, desempenho das questões do meio ambiente e melhorias chave do relatório do ano interior.

O item C verifica o documento pela polícia ambiental, grau de conformidade perante a lei, responsabilidades organizacionais, dados financeiros sobre o custo do meio ambiente, referências que são cruzadas aos relatórios, segmentos baseados na utilização de energia e materiais utilizados e rotas para disposição de resíduos.

O item D verifica os planos de abordagem de curto e longo prazo, andamento das abordagens e mudanças exigidas por requisitos legais, questões legais e assuntos legais pendentes.

O item E verifica a declaração política sobre o meio ambiente, se todas as normas andam em vigência legal.

O item F estuda a evidência das provisões de contingência, política de capitalização, recuperação de ativos, contabilização e recuperação de terrenos, política de depreciação e por última demonstração de resultados, que são dados diretamente ligados pela teoria da legitimidade.

O item G verifica despesas excepcionais ligadas ao meio ambiente, e outros benefícios ligados ao meio ambiente, por se tratar do meio ambiente existem tratamentos diferenciados para melhor obtenção de resultados.

O item H verifica as provisões ligadas ao meio ambiente, provisões para descontaminação, custos ligados ao meio ambiente e recuperação esperada, essas provisões são ligadas diretamente evidência onde se comprova a prova dos atos ocorridos.

O item I está ligado às responsabilidades contingentes ligadas ao meio ambiente e às respectivas explicações.

No tópico a seguir serão apresentados os resultados desse estudo.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados apresentados foram extraídos dos relatórios econômico-financeiros da empresa SAMARCO. Foi utilizado como fonte secundária de informações um dossiê extraordinário sobre as ações que a empresa se dispôs a realizar para reparar os danos causados pelo rompimento da barragem em Mariana.

Quadro 2 – Resultados do estudo

Nesse quadro será abordada a opinião do presidente da empresa referente ao meio ambiente e as melhorias feitas no ano de 2015, após o acidente.

Ref.	Evidenciação
A.1	A Samarco tem uma preocupação grande com o meio ambiente, antes e depois do acidente da barragem do fundão. O relatório sempre apresenta seu compromisso em honrar com tudo que promete e a transparência dos valores com tudo que é gasto em uma obra (Dossiê Samarco p.2,2016).
A.2	As melhorias referentes ao ultimo relatório que foi emitido em 2014 foram inúmeras: Melhorias referentes ao meio ambiente como o tratamento especial para resíduos sólidos e não minerais rejeitos e emissões de gases; Projetos que visem aumentar a excelência da produtividade, para evitar perdas e desperdícios; Melhorias em saúde e segurança que permite identificação dos riscos para evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; Aumentaram também o investimento ao programa de produtor rural (Relatório anual de Sustentabilidade, 2014).

No tópico referente ao item B.1 e B.2 serão considerados os resultados que teve desde o último relatório e as principais questões que estão ligados ao meio ambiente antes e depois do acidente.

B.1	Em 5 de maio de 2016 foi homologado o acordo da SAMARCO com os acionistas suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e os governos Federal e dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. No contrato está acordado processos de recuperação e reparação pós-acidente ambientais. O documento salienta os processos que a Samarco já vem realizando desde novembro de 2015, além de trazer compromissos claros e definindo prazos para apresentação e execução de novos projetos. Todos os projetos poderão ser acompanhados pela população impactada e haverá auditorias externas e com todos esses benefícios, ainda será criada uma ouvidoria pra os cidadãos (Dossiê Samarco, p.4, 2016).
B.2	Em relação ao ano de 2013, em 2014 teve um aumento de 15% na produção de pelotas de ferro. Em linha com a sustentabilidade eles estão elaborando projetos com relação as áreas: Recursos Minerais; Rejeitos e Estéreis Minerais; Recursos Hídricos; Energias Renováveis e/ou Alternativas; Eficiência Energética; e Emissões Atmosféricas (Relatório anual de Sustentabilidade, 2014).

A parte que determina a referência do C.1 à C.9 é referente ao relatório ambiental e toda parte que compreende a declaração política ambiental e todas as obrigações que por ele são responsáveis.

C.1	Após o acidente em 2015, ela tem como política ambiental recuperar 5 mil nascentes que foram prejudicadas, recuperar Áreas de Preservação Permanentes (APP's) e títulos compensatórios de 500 milhões aos municípios prejudicados obra (Dossiê Samarco p.6, 2016).
-----	--

C.2	A recuperação dos danos que foram causados na Samarco começa a partir do ano de 2016 e se estende até 2030, com recursos que totalizam 4,4 bilhões que serão gastos a partir de 2016. O grau de conformidade vai desde distribuição de água potável para os cidadãos até revitalização dos municípios que foram atingidos (Dossiê Samarco, 2015).
C.3	Questões-chaves: revitalização de municípios, ações humanitárias, meio ambiente, monitoração de barreiras (Dossiê Samarco, 2015).
C.4	A reconstrução de Bento Rodrigues acontecerá a partir da definição do terreno por meio de plebiscito com a população. Passada esta etapa, serão definidas as plantas das casas e o acabamento. A empresa se compromete a iniciar a reconstrução após firmado o acordo, garantindo ainda o acompanhamento da família para a mudança até a nova moradia. (Dossiê Samarco, p. 7 e 8, 2015).
C.5	No período desse estudo, a empresa não fez divulgação das informações sobre dados específicos do setor.
C.6	No período desse estudo, a empresa não fez divulgação das informações sobre dados específicos do setor.
C.7	No período desse estudo, a empresa não fez divulgação de informações de custos ambientais que não os provenientes dos impactos causados pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana.
C.8	Os impactos positivos que serão trazidos após o investimento de 4,4 bilhões até 2030, serão além de uma nova cidade e saneamento básico, será a responsabilidade de manutenção preventiva para possíveis acidentes na empresa, o que trará benefícios futuros e investimentos em novas maneiras de prevenção.
C.9	No período desse estudo, a empresa não fez divulgação das informações sobre dados específicos do setor.

Os item de D.1 a D.5 são responsáveis pelos relatórios financeiros e operacionais, nessas questões estão definidos os prazos do acordo, do quanto vai custar e o que será recuperado dentro do que houve do acidente.

D.1	Segundo o acordo da Samarco, ela projetará uma fundação que será mantida pela mesma e deverá ser criada em até 120 dias após a data de homologação do acordo que aconteceu no dia 5 de maio de 2016. Nele estão previstas cláusulas de curto e longo prazo que irão totalizar uma quantia de 4,4 bilhões de reais com início pra 2016 até 2030(Dossiê Samarco, p.5, 2016).
D.2	Dentro do 4,4 bilhões que serão gastos para a melhoria do meio ambiente, eles serão distribuídos em 2 fatores, sendo eles: compromissos socioambientais e compromissos socioeconômicos. Os compromissos socioambientais compreendem: tratamento de esgoto e saneamento básico, recuperação de nascentes recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) do rio Doce. Os compromissos socioeconômicos compreendem: reconstrução de localidades impactadas, Programa de ressarcimento e indenizações por meio de negociação coordenada. Recuperação de bens culturais de natureza e patrimonial cultural impactado; Implementação de ações visando a recuperação de atividades econômicas e produtivas impactadas, como agropecuária, pesca, serviços e comércio. Implementação e manutenção de medidas de apoio aos povos indígenas impactados; Criação de canais permanentes de comunicação e de diálogo com a comunidade, bem como realização de agendas para apresentação do andamento e resultados dos programas a serem implementados; Criação programas previstos como saúde, educação e segurança social, além de restabelecer serviços públicos (Dossiê Samarco, p.5, 2016).
D.3	Das 28 cidades atingidas, foram feitas ações diferentes a partir de sua necessidade: Foram feitas testes de água do rio Mariana em 8 cidades, 5 cidades monitoramento da água do Rio Doce e água do mar e foram distribuídos água potável em 11 cidades. Foram realizadas ações humanitárias classificadas em distribuição de comida, agentes de saúde e sirenes em 19 cidades. Entre as ações do meio ambiente que foram feitas em 8 cidades, o que mais se destacou foi o resgate de peixes e crustáceos para conservação da espécie e barreiras para que os rejeitos não invadissem o rio (Mapa de ações Samarco, 2016).
D.4	Ela gastará no ano de 2016 2 bilhões de reais, onde 240 milhões está ligado a funcionamento da fundação e 50 milhões ao saneamento básico.

	Até o final da sua compensação ela gastará 4,4 bilhões de reais que irá até 2030, os gastos estão segregados desde a criação e a manutenção da fundação até as questões de saneamento ambiental. (Dossiê Samarco, p.5, 2016).
D.5	No período desse estudo, a empresa não fez divulgação das informações sobre dados específicos do setor.

O item E.1 representa a declaração política que representa o regimento das regras do ISAR/UNCTAD.

E.1	A empresa não fez divulgação do relatório da Diretoria para o período desse estudo.
-----	---

O item F.1 a F.6 estará descrito a divulgação das políticas contábeis, que estarão as políticas de provisões e contingências, dentro de todo o apurado será abordado a demonstração do resultado do exercício do ano de estudo do caso.

F.1	As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração (Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2015).
F.2	Os investimentos em ativo imobilizado e intangível são registrados na rubrica Bens em Construção. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) dos bens para as respectivas contas de imobilizado e intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem (Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2015).
F.3	O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado do período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo (Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2015).
F.4	A provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica é constituída quando da identificação de uma área impactada ou requerimento de reparação de danos cíveis incorridos, que geram uma obrigação presente para a Companhia. Este processo envolve estimativas complexas na determinação do montante de desembolso futuro esperado pela Administração e seus consultores externos (Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2015).
F.5	A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas a depreciação é calculada com base no método das unidades produzidas. Para os restantes a depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear considerando os anos descritos (Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2015).
F.6	Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado (Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2015).

Os itens G.1 e G.2 estão ligados diretamente a demonstração de resultados, que correspondem as melhorias que foram feitas para o meio ambiente e a relação de custo benefício ao meio ambiente.

G.1	Dentro das despesas ligadas ao meio ambiente, 800 hectares foram plantados de vegetação ao longo dos rios Doce, Gualaxo e Minas Gerais. Abastecimento de água nas 28 cidades que foram atingidas. Recuperação da cor e turbidez do rio Doce (Dossiê Samarco, p. 18 e 19, 2016).
G.2	Monitoramento de qualidade da água em 113 pontos ao longo do rio Doce, sendo 29 pontos no mar e 84 pontos no rio Doce. Sonar para peixes, para continuar observando e mapeando a fauna marinha. Monitoramento em tempo real das barragens que foram danificadas e recuperação da mesma (Dossiê Samarco, p. 20 à 23, 2016).

Os itens de H.1 à H.4 estão responsáveis a elementos que estão no balanço patrimonial e que neles será extraído para complementar os resultados.

H.1	A empresa divulgou em seu relatório informações sobre provisões ambientais referentes ao processo que tem objetivo de estabelecer os programas, que compreendem medidas e ações para reparações e compensações socioambientais e socioeconômicas decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.
H.2	Não foram divulgados em suas demonstrações financeiras o valor de sua provisão para descontaminação, mas em seu Dossiê a empresa faz uma ressalva que irá ser recuperado a cor da água e a turbidez da mesma deixando no padrão da mesma no ano de 2010 (Dossiê Samarco, p.19, 2016) .
H.3	Não foram divulgados em suas demonstrações financeiras o valor de custos ligados ao meio ambiente, mas em seu Dossiê revela que a empresa gastará 4,4 bilhões de reais de 2016 à 2030 (Dossiê Samarco, 2016) .
H.4	A recuperação esperada é que além de construir a cidade de Bento Rodrigues, possa ser feito melhorias ao meio ambiente, melhorando a qualidade de vida de todas as pessoas que foram atingidas diretamente ou indiretamente (Dossiê Samarco, 2016).

O item I.1 são observações que foram feitas nas notas explicativas.

I.1	Em novembro de 2015, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, as operações em Germano/Alegria (“complexo de Mariana”), foram temporariamente suspensas por determinação de órgãos governamentais - SEMAD (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). A Companhia vem trabalhando para atender exigências legais e sociais das autoridades competentes relacionadas aos impactos socioambientais advindas do rompimento da barragem (Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2015).
-----	---

5. CONCLUSÃO

Neste estudo, pode-se observar primeiramente o estudo da empresa SAMARCO e como foi ocorrido o seu acidente em Mariana sobre a perspectiva na teoria da legitimidade, que envolvem uma ideia de um contrato social, com uma representação de um conjunto de noções de como deve ser operado a empresa. O estudo veio aprofundar se a empresa SAMARCO evidencia os passivos ambientais que são originados pelos danos causados ao meio ambiente, através do padrão internacional ISAR/UNCTAD.

Durante a realização desse estudo, a SAMARCO não divulgou todas as informações necessárias para a sua completa execução. O relatório anual de sustentabilidade que teria o prazo para ser divulgado até abril de 2016, não foi divulgado até o mês de junho de 2016, mas para compensar a falta do relatório à empresa divulgou um dossiê dinâmico.

Após o impacto originado no rompimento da barragem do fundão, a empresa criou um plano de ação imediato para recomposição de Bento Rodrigues que foi a área mais atingida e monitoração do controle da água e da barragem do Fundão para evitar acidentes posteriores.

Contudo concluí-se que a SAMARCO não segue a risca o padrão ISAR/UNTAD, faltam informações complementares que seriam preenchidos pelo relatório da sustentabilidade de 2015 que não foi divulgado ainda. Nota-se também que a empresa não pontua todos

aspectos que foram afetados após o acidente e tenta compensá-lo falando dos fatores positivos que irão fazer.

REFERÊNCIAS

_____. A Empresa SAMARCO. Disponível em :<<http://www.samarco.com/institucional/a-empresa>> Acesso em: 01/03/2016

_____. Teorias da evidencição ambiental. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/11/21/teorias-da-evidenciacao-socio-ambiental-artigo-de-roberto-naime>>. Acesso em: 20/04/2016.

_____. Desastre em Mariana. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos/>> Acesso em: 20/04/2016.

_____. Contabilidade Ambiental. Disponível em: <<http://www.cienciascontabeis.com.br/contabilidade-ambiental/>> Acesso em: 23/04/2016.

_____. **Contabilidade ambiental:** Relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/contabilidade_ambiental%3A_relatorio_para_um_futuro_sustentavel,_responsavel_e_transparente.html>. Acesso em: 23/04/2016

_____. **Evidencição.** Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista134/evidenciacao.htm>>. Acesso em: 17/05/2016.

_____. *International Accounting Satandard Boards*. Disponível em: <<https://www.portal-gestao.com/artigos/2718-o-%E2%80%9CInternational-accounting-standards-board>>. Acesso em: 21/05/2016.

_____. Mapa de ação SAMARCO. Disponível em: <<http://www.samarco.com/mapa-de-acao/>> Acesso em 22/05/2016.

_____. Relatório anual de sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/11/Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade-20142.pdf>>. Acesso em: 22/05/2016.

_____. Demonstração Financeiras Padronizadas SAMARCO. Disponível: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/11/DFs-2015-portuges-final-2804.pdf>> Acesso em: 08/06/2016.

AULER, José Renato (2002). Importância e Aplicabilidade da Contabilidade Ambiental em empresas do estado: caso: pw brasil exports.a.

FERREIRA, Denize Demarche Minatti; CAMPAGNONI, Mariana; PORTELLA, ANASTÁCIA ROSA; ROVER, SULIANI (2015). Evidenciação Ambiental: Uma Análise das Políticas e dos Investimentos Ambientais Divulgados em Websites de Empresas Catarinenses. **XII Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade.**

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, ELISEU; KANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; FILHO, Eduardo Weber; JÚNIOR, Ramon Domingues. **Contabilidade Introdutória**, 10ª edição, São Paulo, Atlas, 2008.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira (2008). Passivo Ambiental. **Professora e integrante da Equipe de Ensino e Avaliação na Pró-Reitoria de Ensino da UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí.**

KRONBAUER, Clóvis Antônio ; SOUZA, Marcos Antonio; OTT, Ernani; COLLET, Cesar José (2009). Evidenciação e Análise de Carga Tributária: Um Estudo em Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, v. 3, n. 7, p. 3-24, set-dez 2009.**

MIRANDA, Wilker Barroso E MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. **Análise Do Nível De Evidenciação Ambiental De Empresas Brasileiras Que Negociam Adrs Na Bolsa De Valores De Nova Iorque (NYSE).** Revista Ambiente Contábil v. 5, n. 1 (2013).

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**, 10ª Edição, São Paulo, Atlas, 2009.

NAUJACK, Jakeline; FERREIRA, Josleimara Luzia; STELA, Eder Rogério (2011). Contabilidade Ambiental: uma revisão de conceitos. **VII-ENPPEX, Universidade e Gestão Pública: Perspectivas e Possibilidades. II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas a Fecilcam.**

RIBEIRO, M. S. de, & LISBOA, L. P. (2000). Passivo Ambiental. *Anais do Congresso Brasileiro de Contabilidade*, Goiânia, GO, 16.

SUCHMAN, M. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571–610. Rev. contab. finanç. vol.12 no.27 São Paulo Sept./Dec. 2001

ZAHAIKEVITCH, Everaldo Veres Zahaikevitch; FASCINA, Marcos Nicácio; PEREIRA, Dante Luiz; CRUZ, José Carlos da. **FACESI EM REVISTA Ano 3 – Volume 3, N. 2 – 2011, CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS INDUSTRIAS.**